

# A MIGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO GLOBAL: PROPOSTAS PARA A ORGANIZAÇÃO DO DEBATE TEÓRICO E CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA UNIFICADA DE PESQUISA

Guilherme de Oliveira Schmitz<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo pretende contribuir para o debate sobre o tema da migração, com ênfase nos seus determinantes e impactos no Sul global. Após apresentar as principais correntes teóricas e os argumentos a favor e contra a migração, sob a perspectiva do desenvolvimento global, apresenta-se uma proposta de sistematização desta agenda de pesquisa em torno de quatro dimensões analíticas: agência, instituições, financiamento e conhecimento. O trabalho conclui apontando uma série de desafios a serem enfrentados pelo Brasil na busca pelo aperfeiçoamento de suas políticas públicas voltadas aos imigrantes.

**Palavras-chave:** migração internacional; desenvolvimento global; Sul global.

## MIGRATION AND GLOBAL DEVELOPMENT: PROPOSALS FOR ORGANISING THE THEORETICAL DEBATE AND BUILDING A UNIFIED RESEARCH AGENDA

## ABSTRACT

This article aims to contribute to the debate on the subject of migration, emphasizing its determinants and impacts on the Global South. After presenting the main theoretical approaches and arguments for and against migration, from the perspective of global development, we present a proposal for systematization of this research agenda around four analytical dimensions: agency, institutions, financing and knowledge. The paper concludes by pointing out a number of challenges to be faced by Brazil in striving to improve their public policies aimed at immigrants.

**Keywords:** international migration; global economic development; South-South relations.

JEL: F22; F63; O15.

---

1. Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando leva-se em consideração a proporção de pessoas que ainda vivem em regiões com estruturas socioeconômicas desumanas, sujeitas a instituições arcaicas e com seus direitos políticos limitados e sua participação política alijada, pode-se afirmar que as fontes e canais de financiamento do desenvolvimento global ainda são em número e intensidade insuficientes. Para tanto, as opções que existem precisam ser empregadas da maneira mais eficiente possível. No debate acerca do financiamento do desenvolvimento, pesquisas empíricas e analíticas vêm assinalando, há algum tempo, para uma realidade encontrada no fenômeno das imigrações internacionais: as remessas de imigrantes. Tal fenômeno tem suscitado questionamento sobre o potencial que este fluxo de recursos possui como fontes de financiamento do desenvolvimento de regiões de menor desenvolvimento relativo, sobretudo, quando levadas em consideração as ações no seu aspecto micro.

Notoriamente, o montante do fluxo de remessas de imigrantes internacionais supera em valor os mecanismos oficiais de financiamento ao desenvolvimento,<sup>2</sup> denominados Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Tal contexto tem alterado a visão negativa em relação à imigração internacional e seus impactos no desenvolvimento do local de origem do imigrante, notadamente em razão da perda de capital humano (*brain drain*).<sup>3</sup> Dessa forma, ganhou força o argumento de que as remessas de imigrantes são instrumentos mais efetivos de distribuição de renda, redução de pobreza e de crescimento econômico que os programas e projetos de assistência oficial para o desenvolvimento (Kapur, 2004). O impacto das remessas pode ser verificado quando leva-se em consideração a ampliação dos fluxos migratórios.

De 1990 a 2015 a configuração das imigrações internacionais<sup>4</sup> tem demonstrado um padrão constante, a saber, o crescimento do número de imigrantes internacionais ao longo dos anos e a maior propensão dos habitantes do Sul global<sup>5</sup> a imigrarem do que do Norte global.<sup>6</sup> No entanto, o crescimento do número de imigrantes que originam do Sul global e optam em imigrar para outro país do Sul global vem sendo observado, nos anos recentes, chegando a equivaler-se em número com a migração Sul-Norte. Em 2013, o estoque de imigrantes internacionais no mundo alcançou a marca de 232 milhões de pessoas, das quais 59% vivem em países desenvolvidos e 41% em países em desenvolvimento. Dos 136 milhões de imigrantes vivendo no Norte global, 60% são originários de países em desenvolvimento. A participação dos originários de países em desenvolvimento no

2. Para conhecer dados comparativos entre Assistência Oficial para o Desenvolvimento e remessas de emigrantes, sugere-se acessar o sítio eletrônico da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico: <[www.ocde.org](http://www.ocde.org)>. A organização possui uma base de dados bastante rica sobre os dois temas.

3. Diversos estudos destacam efeitos deletérios oriundos do *brain drain* nos países de origem dos imigrantes (Borjas, 1994; Beine, Docquier e Rapoport, 2001; World Bank, 2006; Mountford e Rapoport, 2007). Contudo, ainda não há consenso quanto aos efeitos de longo prazo dos fluxos de mão de obra especializada entre países. Embora a evidência em termos regionais ainda seja majoritariamente negativa, em termos internacionais a imigração pode ser convertida em oportunidade de desenvolvimento, em razão não apenas da redução da dependência de ajuda externa a partir do aumento das remessas dos imigrantes a seus países de origem, mas também dos incentivos à expansão do capital humano nesses países visando aproveitar as oportunidades de trabalho nas economias receptoras. Ver Commander, Kangasniemi e Winters (2004) e Farchy (2009).

4. O Conselho das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais considera em suas estatísticas do estoque de imigrantes internacionais tanto aqueles nascidos no estrangeiro quanto indivíduos que possuem alguma cidadania estrangeira.

5. Para efeitos de análise neste estudo, o Sul global é composto por todos os países da África, Ásia (com exceção do Japão) e América Latina e Caribe, bem como a Melanésia, Micronésia e Polinésia. A mesma delimitação geográfica é utilizada para a definição de "países em desenvolvimento".

6. Para efeitos de análise neste estudo, o grupo de países integrantes do Norte global – e também denominados "países desenvolvidos" – compreende todos os países da Europa, América do Norte com Austrália, Nova Zelândia e Japão.

fluxo de imigração para o Sul global aumenta para 86%, o equivalente a 96 milhões de residentes que optaram por imigração no âmbito Sul-Sul (Undesa, 2013).

O aumento significativo de pessoas que optam por deixarem seus países tem crescido, sobretudo, pelas facilidades proporcionadas pelos avanços tecnológicos, que permitem a redução de custos de transporte e comunicação, reduzindo os espaços geográficos e facilitando a integração de países e pessoas no mundo, bem como proporcionando a queda de barreiras de circulação, aumentando o fluxo de bens, serviços, capital, conhecimento e ideias (Farchy, 2009). Por outro lado, o crescimento da circulação transfronteiriça de pessoas tem também acarretado debates por políticas de controle migratório cada vez mais restritivas, com alto grau de seletividade, mormente com base em questões de segurança e em detrimento do aspecto humanitário concernentes a preocupação com a assimilação do imigrante internacional na sociedade de destino e sua participação política no processo decisório de seu novo assentamento.

Muitos dos estudos e análises no tema tomam como ponto de partida a migração Sul-Norte como caso ou objeto de análise, porém pouco trata-se do aspecto Sul-Sul das imigrações internacionais e de seu conseqüente impacto no processo de desenvolvimento tanto do país de origem quanto de destino. A necessidade de um olhar particular para este fenômeno galopante faz-se especial pela natureza distinta dos impactos em ambas as sociedades, sobretudo, quando ambos os polos apresentam características de vulnerabilidades socioeconômicas e pela natureza híbrida destes países em serem polos de atração, mas também provedores de capital humano. Atualmente, nenhum país situado no Sul global apresenta em seus registros a característica de ser país receptor líquido de imigrantes.<sup>7</sup>

Do ponto de vista do Brasil, o tema da imigração tem vindo à baila, sobretudo pela prospecção de um novo regime demográfico do país. Estimativas demográficas apontam para a contração e envelhecimento da população brasileira a partir de 2035, impactando especialmente a força de trabalho do país.<sup>8</sup> A queda da fecundidade, hodiernamente, atinge níveis abaixo da reposição populacional e, conseqüentemente, implica a tendência de redução da população em idade ativa no futuro próximo. O enfoque do novo regime demográfico brasileiro engloba, assim, tanto o tamanho da população quanto a estrutura etária, sob a égide de fenômenos sociais como a proliferação de famílias de filho único, alta esperança de vida, declínio populacional e população envelhecida.

Destarte, este artigo pretende contribuir para o debate compilando as diversas posições existentes na literatura em relação ao tema da migração – com ênfase no Sul global – e oferecendo uma proposta de sistematização desta agenda de pesquisa, sempre com o propósito de levantar paradoxos e contradições em um tema tão sensível e complexo atualmente. Para tanto, dividimos o texto em três seções, além desta introdução. A primeira seção sintetiza o debate sobre o aspecto desenvolvimentista da migração internacional, contrapondo os principais argumentos a favor e contra a migração, sob a perspectiva do desenvolvimento global. Analisaremos os estudos teóricos da narrativa neoclássica, histórico-estruturalista e teorias mais assertivas sobre a temática, como a do empurra-puxa, da transição de mobilidade, da curva de migração, do capital social, bem como a teoria da rede e de corrente migratória e a do sistema de migração. Esta seção encerra-se com a introdução do fenômeno das

7. No Brasil, apesar de termos um forte sentimento de consenso entre os especialistas do tema de que o país é um exportador líquido de pessoas, esta constatação precisa ser ponderada pelo fenômeno da imigração de retorno. Tem-se percebido a redução das principais colônias de brasileiras no exterior e um movimento de retorno por parte dos emigrantes brasileiro ao país, nos últimos anos. No entanto, como o governo brasileiro somente monitora a estádias de estrangeiros no país, não há como constatar o número exato de brasileiros regressos de caráter definitivo.

8. Recentemente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou publicação que analisa em detalhe a evolução recente dos indicadores demográficos do Brasil e algumas de suas implicações socioeconômicas para as próximas décadas. Ver Camarano (2014).

remessas de emigrantes no debate entre migração e desenvolvimento – argumento-chave para a síntese proposta na segunda seção e, consecutiva, proposta de agenda de pesquisa em nossas considerações finais. Na segunda seção, apresentamos uma proposta de síntese do debate na literatura por meio da sua decomposição em quatro dimensões analíticas. Esta divisão mostra-se útil para a elaboração e apresentação de propostas de pesquisas sobre o tema em nossas considerações finais. A terceira seção conclui o trabalho apontando lacunas analíticas que possam ser investigadas em pesquisas futuras, ao apresentar quatro problemáticas conclusivas, que serão pontos de partida para pesquisas futuras.

## 2 ESBOÇO DOS PRINCIPAIS DEBATES ACERCA DA MIGRAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Quando Ravenstein (1885; 1889) estabeleceu no século XIX as chamadas “regras da migração”, o geógrafo observou uma causalidade direta entre a mobilidade humana e o desenvolvimento, concluindo que o principal motivo para a imigração teria razão econômica. A partir da constatação de que os fluxos migratórios compreendiam determinado padrão no sentido de manter certo equilíbrio econômico-espacial, outras variáveis foram induzidas, futuramente, levando em consideração a distância e a densidade populacional (Skeldon, 1997). A premissa de que pessoas partem de regiões de baixa renda em direção a outras mais ricas sustenta o pensamento teórico insuflado pela teoria do “empurra-puxa” (*push-pull*).

Dessa forma, o pensamento neoclássico tem como premissa fundamental a ideia de que o fenômeno da migração segue a dinâmica das diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho, na qual trabalhadores migrariam de áreas ofertantes de mão de obra – em que o salário seria menor – para áreas demandantes de mão de obra – em que se pagaria melhor pelo trabalho prestado. Dessa maneira, o fluxo migratório entre duas regiões cessaria no momento em que o equilíbrio de mercado fosse equacionado.

Não obstante, além dos ganhos potenciais na forma de uma renda maior seriam balanceados outros fatores, como os custos de oportunidades da migração, a saber os custos da viagem (de caráter temporário), os custos do desemprego temporário durante a migração e a instalação no mercado de destino, bem como os custos psicológicos (Bauer e Zimmermann, 1998). Com o aumento da seletividade por parte dos países de destino das imigrações e os avanços das medidas contenciosas de circulação de pessoas interfronteiras, pode-se acrescentar igualmente o custo de deportação, o que Todaro e Maruszko (1987) denominaram de “taxa de ilegalidade”. Essas constatações sustentam a premissa de que não são os mais pobres a migrarem (visto a existência dos custos de migração), além de enfatizar a importância das redes sociais estruturadas ao longo do processo migratório para reduzir os custos psicológicos e materiais da migração.<sup>9</sup>

O pensamento neoclássico dominou a perspectiva do desenvolvimento no debate sobre migração até o início da década de 1970, em que o fluxo migratório era visto de forma otimista por beneficiar ao imigrante na sua busca por melhores condições socioeconômicas, a região de origem por reduzir a pressão demográfica da pobreza e da miséria e a região de destino ao receber capital humano qualificado pronto a transferir seus conhecimentos originários.

A partir da década de 1970, uma perspectiva pessimista em relação à migração ganhou força sob a égide do pensamento histórico-estruturalista, que questionava as premissas da teoria neoclássica

9. Cumpre notar que, em situações de crises humanitárias decorrentes de conflitos armados, eventos naturais, pandemias ou colapso econômico, mesmo os mais pobres são forçados à migração ainda que sujeitos aos custos e riscos da transferência para outra região ou país.

com base em argumentos que denunciam a restrição da capacidade de livre escolha dos indivíduos, por estes estarem constringidos por forças estruturais da ordem econômica global. Neste sentido, a fuga dos imigrantes de países subdesenvolvidos para os desenvolvidos nada mais seria que uma das consequências do contexto de dependência em que aqueles países encontram-se (Frank, 1966; 1969; Wallerstein, 1974). O pensamento que relacionava a migração à situação socioeconômica de dependência dos países de origem dominou, sobretudo, a comunidade acadêmica durante as décadas de 1970 e 1980, quando a preocupação com a “perda de cérebros” nos países subdesenvolvidos alijou o tema da migração do campo de estudo do desenvolvimento (De Haas, 2010).

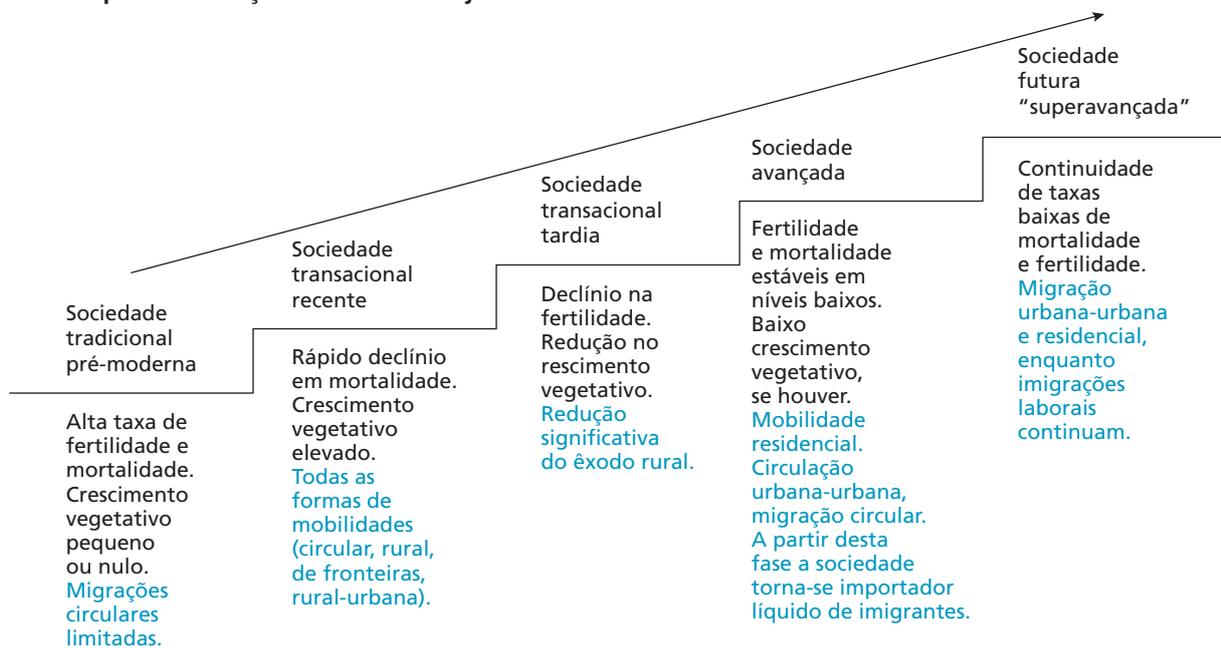
Além das críticas provenientes da perspectiva histórico-estruturalista, a teoria neoclássica também teve suas premissas questionadas por outros autores que discordavam da visão de que os fatores determinantes para a migração estavam meramente associados a fatores relacionados com a região de origem e de destino e os obstáculos intervenientes (como distância, barreiras físicas, leis migratórias, entre outros). Para Reniers (1999), por exemplo, indivíduos respondem de forma diferente aos aspectos intervenientes positivos e negativos do processo migratório, ressaltando a importância no processo de fluxo de conhecimento prévio transferido pelos imigrantes já instalados e aqueles desejosos de imigrar sobre as facilidades do mercado de destino. Igualmente, para Lee (1966) a migração tende a criar fontes de origem bem definidas, que retroalimentam e reforçam o fluxo migratório posterior. Isto implicaria para a teoria de “empurra-puxa” um paradoxo analítico, ao confundir os diferentes níveis de análise (do individual ao global) e não distribuir pesos diferentes as variáveis que afetam as decisões migratórias. Neste sentido, o modelo neoclássico tende a ignorar a heterogeneidade das estratificações internas das sociedades. A perspectiva de Lee (1966) traz à baila a discussão sobre o fato de que pessoas não migram apenas em razão da expectativa de encontrar um ambiente econômico mais favorável ou por força da pressão populacional, mas, sobretudo, porque os imigrantes esperam encontrar uma vida mais satisfatória no local de destino, para o que contribui a existência nesse local de comunidades já estabelecidas de seus conterrâneos.

Ademais, o modelo linear e unidimensional do “empurra-puxa” tem limitações em explicar fenômenos como a migração de retorno e a existência de regiões que são simultaneamente origem e destino de fluxos migratórios.

No intuito de solucionar estas dificuldades analíticas, Zelinsky (1971) adota uma abordagem evolucionária em relação ao tema da migração, por meio da conexão com a transição demográfica (ou “transição vital”, como o autor prefere denominar) de uma região e o processo de modernização, crescimento econômico e aumento da mobilidade da força de trabalho. Para Zelinsky (1971), existiriam cinco fases de transição vital, por meio das quais a tendência de aumento da mobilidade dos indivíduos seria diretamente proporcional à modernização das sociedades:

Para Zelinsky (1971), as migrações tendem a aumentar particularmente nas fases iniciais do desenvolvimento das regiões, nas quais as melhorias de transporte e comunicação, o fluxo de conhecimento, a percepção da falta de oportunidades econômicas locais e o crescimento do nível de bem-estar social induzem tanto a capacidade quanto a aspiração dos indivíduos a migrarem. A teoria de Zelinsky (1971) é complementada pelas observações de Martin e Taylor (1996), que descrevem a configuração de uma “curva de migração” na qual países em estágio recente de desenvolvimento tendem a ter um aumento da migração em sua população em razão do próprio crescimento econômico que vivenciam, que permite que indivíduos arquem com os custos e riscos de sua mobilidade. Com o crescimento da renda e o estabelecimento de uma rede de imigrantes, uma porção maior da sociedade torna-se capaz de migrar.

FIGURA 1  
Etapas de transição vital de Zelinsky



Fonte: Zelinsky (1971).

Elaboração do autor.

Tanto as observações de Zelinsky (1971) quanto Martin e Taylor (1996) trazem à baila o papel dos governos, da proximidade geográfica, das instituições, das redes sociais, da cultura e dos fatores históricos que criam novos padrões de migração. Essa pluralidade de fatores também é apontada por Schoorl (1998) como evidência de que a migração pode começar por motivos variados, além daqueles de origem econômica.

Nesse sentido, destaca-se a influência dos imigrantes pioneiros sob os subsequentes, como facilitador do fluxo migratório (Lee, 1966). A experiência obtida e repassada pelos pioneiros reduz os riscos materiais e psicológicos da volatilidade dos subsequentes. A análise de Lee (1966) sobre o capital social da mobilidade humana esclarece o fenômeno social das correntes migratórias nas comunidades de imigrantes na região de destino, bem como o da concentração de fontes bastante localizadas na comunidade de origem. Estudos mais recentes de migração<sup>10</sup> vêm descrevendo esse processo como correntes migratórias, em que redes sociais definidas por laços interpessoais induzem o juízo dos indivíduos acerca da decisão de se transferir para outra região.

A reflexão sobre a dinâmica dos sistemas e estruturas das correntes migratórias insere uma perspectiva transnacional ao debate, ao contrapor dois vetores opostos: de um lado, o vetor composto pelas políticas migratórias das regiões de origem e destino dominadas basicamente pelos governos; e, de outro, a inspiração interpessoal transmitida de indivíduo a indivíduo. Dessa forma, independente das variáveis materiais e psicológicas, as migrações ulteriores constroem capital social que serve como catalizador para migrações futuras, independente das causas iniciais de emigração. Consequentemente, quanto maior o capital social, menores os riscos da migração e, portanto, menor a seletividade entre os indivíduos com capacidade de mobilidade (Taylor, 1986).

10. Ver Appleyard (1992), Massey *et al.* (1993) e Waldorf (1998).

A seletividade no processo migratório induz o perfil do imigrante, nos casos em que a transferência para outra região não ocorre em virtude de situações de emergência e ameaça à sua integridade física. Os custos e riscos embutidos na empreitada dos imigrantes são variáveis importantes para apontar aqueles mais propensos a tomar a decisão de migrar em busca de soluções para sua situação desfavorável no local de origem. Os custos materiais e psicológicos da mobilidade acabam por selecionar indivíduos com feições semelhantes. Quanto maiores estes custos, maior o grau de seletividade. Estudos empíricos vêm demonstrando que em geral os imigrantes não são representativos da sua comunidade de origem (Lipton, 1980; Zachariah, Mathew e Rajan, 2001). Os desafios impostos pelo processo funcionam como barreira social para aqueles que aspiram solucionar os seus problemas de insatisfação por meio da migração.

Neste sentido, podemos apontar duas dimensões que influenciam a seletividade, uma de natureza personalista e outra de natureza estrutural. A primeira dimensão leva em consideração o caráter empreendedor do processo de migração. O imigrante é um indivíduo que, insatisfeito com sua situação, deseja melhorar de vida e age de forma a ampliar as oportunidades de obter o que aspira. Dessa forma, migrar pode ser considerado em si um verdadeiro ato de empreendedorismo, em que indivíduos engajam-se na busca de um patamar econômico e social mais elevado.

Já do ponto de vista estrutural, temos a influência dos custos e riscos do ato de migrar. Para investir nesta empreitada, o indivíduo necessita de recursos mínimos para arcar com o custo da viagem e para sustentar-se até que seja assimilado pela economia de destino. Ainda, deve ter acumulado suficiente capital humano e social, por meio de sua formação educacional e das relações estabelecidas com redes de familiares e amigos, que lhe permita ter sucesso no processo de adaptação ao novo ambiente. De modo que não são os mais pobres ou miseráveis que usualmente migram, nem tampouco o imigrante pode ser considerado como representativo da sua comunidade de origem. A variável da seletividade, assim, possui um peso significativo na análise da migração sob a perspectiva do desenvolvimento, pois a mobilidade de um perfil determinado de indivíduos altera o contexto social, cultural e econômico tanto das regiões de origem quanto das de destino (Stark, 1991).

Os imigrantes podem ainda ser vistos como importantes agentes de mudanças e inovações, porquanto trazem consigo novas ideias, conhecimentos e atitudes a serem inseridos nas comunidades de destino. Não obstante, estudiosos chamam a atenção para os riscos da perda deste capital humano na região de origem – o chamado processo de *brain drain* (Baldwin, 1970; Beine, Docquier e Rapoport, 2001; Mountford e Rapoport, 2007). Comumente de menor desenvolvimento relativo, as regiões de origem estariam fadadas a um ciclo vicioso de subdesenvolvimento em função da opção de seus trabalhadores mais bem qualificados pela imigração. Se a seletividade da migração implica em uma maior propensão a migrar por parte dos indivíduos com maior dotação de recursos econômicos e capital humano, então a região de origem estaria invariavelmente no polo perdedor na relação, visto que todos os recursos que a sociedade de origem investiu no imigrante seriam transferidos para a economia de destino. Igualmente, o fenômeno pode ser estendido à observação da migração de jovens hábeis ao plantio nas regiões rurais, que causa escassez da mão de obra na lavoura. Portanto, os malefícios para o desenvolvimento da região de origem seriam duplos, envolvendo a perda do capital humano (sobretudo no caso dos indivíduos mais qualificados) e também dos recursos investidos na sua formação (Baldwin, 1970).

Em contrapartida, uma corrente de estudiosos apresenta uma visão mais otimista do processo de migração, enfatizando seus benefícios ao desenvolvimento da economia de origem (Commander, Kangasniemi

e Winters, 2004; Farchy, 2009). Para estes autores, a perda de cérebros e de força de trabalho seria compensada tanto pela migração de retorno quanto pelas remessas de renda dos imigrantes aos não imigrantes. Assim, a região de origem se beneficiaria com as ideias, conhecimento e atitudes apreendidas pelos imigrantes retornados após o convívio em outras sociedades, bem como com a renda provinda das remessas enviadas pelos imigrantes aos seus familiares e amigos.

No que se refere à migração de retorno, os benefícios obtidos com o desenvolvimento humano do imigrante e a transferências do conhecimento obtido com o contato com uma sociedade alheia pode ser contemplado antes mesmo do retorno físico do indivíduo. Os ganhos no campo das ideias, dos conhecimentos e das atitudes para a região de origem são potencializados com os avanços recentes da tecnologia da comunicação, que reduz os custos de comunicação e mantém o imigrante mais próximo a essas comunidades (Farchy, 2009). Conseqüentemente, a transferência de conhecimento também torna-se um fator importante a ser considerado quando observada a relação entre migração e desenvolvimento.

Um dos tópicos mais populares no debate sobre migração nas últimas décadas, as remessas de imigrantes, têm gerado diversas controvérsias entre os analistas. Enquanto aqueles otimistas destacam a importância da renda extra para o financiamento da educação, saúde e bem-estar em geral nas comunidades de origem, os pessimistas apontam que as remessas aumentam a desigualdade espacial e interpessoal, prejudicando o desenvolvimento sustentável dessas sociedades. Alguns autores levantam a hipótese de que as remessas provocam excesso de consumo (sobretudo de produtos importados), com conseqüências deletérias para o equilíbrio econômico e político das regiões de origem (Binford, 2003; Lewis, 1986). Notadamente, migrantes gastariam seus recursos financeiros em consumismo desenfreado e não produtivo, além dos custos decorrentes do próprio financiamento das migrações, ao passo que as remessas aumentariam o consumo e a compra de terras e, conseqüentemente, provocariam pressões inflacionárias na região de origem. Dessa maneira, os não imigrantes seriam os principais perdedores, porque seriam alijados ainda mais do processo de compra, o que, por sua vez, aumentaria a desigualdade local. Ainda, os bens produzidos não seriam locais – visto que o conhecimento trazido pelos imigrantes altera a cultura local e a demanda por produtos urbanos – e sim importados de regiões urbanas ou do exterior, que assim se apropriariam dos ganhos gerados pela migração.

### 3 RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: SÍNTESE EM QUATRO DIMENSÕES

Como visto, não há consenso na literatura acerca das causas e dos efeitos da migração, tanto para o país de origem quanto o de destino. Esta seção pretende instigar um novo olhar sobre o tema a partir da síntese das principais correntes teóricas e pesquisas empíricas realizadas nas últimas décadas, com vistas a fornecer um arcabouço teórico que organize e qualifique esse debate. Com o objetivo de compreender os ganhos e perdas do processo migratório, propõe-se estruturar a discussão sob a égide de quatro dimensões: *i)* os agentes envolvidos; *ii)* as normas e regulamentações da migração; *iii)* os recursos e canais de financiamento; e *iv)* o conhecimento adquirido e compartilhado pelos imigrantes. Essas quatro dimensões serão os pontos de partida para esclarecer os principais aspectos da relação da migração com o desenvolvimento.

Enquanto esta seção considera o desenvolvimento em seu nível global, a significância das políticas domésticas não pode ser desprezada. No entanto, como a literatura acerca do tema da migração vem destacando a supremacia volitiva do indivíduo sobre os processos políticos nacionais – ou seja, as barreiras nacionais são ineficientes para conter o fluxo transnacional da migração – sugerimos a abordagem do

tema pela ótica do desenvolvimento humano do imigrante. A evidência empírica sugere que o grau de sucesso da relação entre migração e desenvolvimento recai, sobretudo, na trajetória pessoal dos imigrantes, embora este fato seja por vezes subestimado no monitoramento e planejamento das políticas nacionais voltadas à questão migratória. Neste sentido, é mister assinalar a essencialidade de políticas públicas direcionadas à recepção de imigrantes para facilitar e estimular seu processo de empoderamento político e social e melhoria de qualidade de vida, de modo que o planejamento, o monitoramento e a avaliação destas políticas devem ser realizados também sob a ótica do desenvolvimento humano.

Segue, assim, uma proposta de instrumentalização da análise da relação entre migração e desenvolvimento em torno de quatro diferentes dimensões analíticas, bem como sugestões de aperfeiçoamento dos métodos de obtenção de validação empírica para as hipóteses teóricas levantadas pela literatura.

### 3.1 Agentes

Um crescente número de agentes de alguma forma relacionados à questão da migração internacional pode ser elencado, destacando-se: os próprios imigrantes e suas comunidades estabelecidas nos locais de origem e destino; os agentes governamentais envolvidos com políticas para o tema; a sociedade civil organizada; e a iniciativa privada assimiladora do trabalho do imigrante.

Na compreensão, a relação da migração com o desenvolvimento – aqui, entendido sob a ótica do desenvolvimento humano –, a principal unidade de análise, não poderia deixar de ser o indivíduo imigrante e a sua volição ao imigrar. Para tanto, o ponto de partida de um projeto que vise monitorar, avaliar e planejar a política migratória e demais políticas públicas voltadas aos imigrantes precisa delimitar claramente o conceito de imigrante e o liame que o separa de outros trabalhadores estrangeiros no local de destino, se porventura existirem. Este conceito deve, por óbvio, levar em consideração outros já existentes na literatura e no próprio arcabouço jurídico deste local, de forma a facilitar a comparação. Posteriormente, técnicas de entrevistas para grupos minoritários, coleta, análise e apresentação de histórias de migração e mapeamento de movimentações são métodos válidos para o esclarecimento da volição do imigrante e da sua *rationale* durante o processo migratório.

O número de atores internacionais influentes nos processos migratórios e no desenvolvimento global consequente tem crescido como resultado do significativo progresso econômico dos países em desenvolvimento ao longo das últimas décadas. Economicamente, países asiáticos, conjuntamente com países latino-americanos e nações árabes têm modificado seu perfil antes restrito ao de fornecedores de imigrantes, e entrado na disputa global pelo fator de mão de obra qualificada proveniente da migração. A capacidade destes países de reterem seus nacionais, ou mesmo, de engajarem-nos em um processo de retorno a sua pátria, bem como de atrair força de trabalho estrangeira, vem modificando o movimento migratório internacional e o processo de desenvolvimento global. Grandes e médias cidades localizadas em países do Sul global tornaram-se centros de destino do processo global de migração, sendo capazes de oferecer oportunidades cada vez mais vantajosas aos trabalhadores de outras nações.

Atores públicos nos países do Sul global também vêm modificando sua percepção e estratégia de atuação perante os imigrantes. Diversas áreas de políticas e serviços públicos tais como controle consular e migratório, saúde, segurança, informação, social, jurisdicional e outras, vêm se internacionalizando e modernizando suas estruturas de forma a lidar com o fenômeno da migração sul-sul. Esse diverso grupo de agentes públicos é complementado por um conjunto igualmente vasto de agentes da iniciativa privada,

que inclui empresas, organizações não governamentais (ONGs), instituições religiosas e de caridade etc., todos progressivamente envolvidos com o tema da imigração. Contudo, frequentemente os órgãos do governo central, as entidades subnacionais (tais como secretarias estaduais e municipais) e os vários atores do setor privado têm perseguido objetivos públicos que nem sempre estão em harmonia e coordenação, resultando na perda de efetividade dessas políticas.

No âmbito internacional, como resultado da proliferação dos agentes nacionais e sua crescente abertura às relações externas, a competição entre nações pela obtenção de mão de obra qualificada vem aumentando. De forma geral, o trabalhador bem qualificado possui mais opções de destino para escolher, resguardada as limitações estruturais que influenciam esta escolha. Estas opções, por sua vez, possuem o potencial de aumentar a qualidade e quantidade dos canais de assimilação do imigrante. A competição entre os mercados internacionais pelo fator de trabalho migrante pode também promover inovações sociais e aperfeiçoar as políticas migratórias existentes.

Em contrapartida, a proliferação de oportunidades pode também causar problemas ao desenvolvimento global imbuído no processo migratório, dada a desigualdade existente entre os países em termos de capacidade de atração e retenção de imigrantes e a ausência de mecanismos de compensação para as regiões que perdem esses recursos humanos. Apesar do aperfeiçoamento dos mecanismos de registro de imigrantes nos países em desenvolvimento, a falta de dados e informações precisas sobre o conjunto e a natureza das atividades individuais dos agentes podem comprometer o sucesso de sua incorporação nessas economias. Além disso, a proliferação de mercados atrativos aos imigrantes adiciona um desafio maior na tentativa de uma coordenação global sobre o fenômeno, favorecendo as tomadas de decisões pautadas no interesse de cada país ainda que em detrimento dos demais.

Nesse contexto, a compreensão das ações dos agentes governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada faz-se fundamental para aferir a relação entre migração e desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento de técnicas de pesquisas exploratórias, de estudos de casos da ação da sociedade civil, da ação e capacidade de assimilação da imigração pela iniciativa privada e de estudos comparativos entre países e entidades governamentais subnacionais é imprescindível para entendimento amplo do processo de formulação, avaliação, monitoramento e planejamento de políticas migratórias e políticas públicas voltadas para os imigrantes, em seu âmbito institucional.

### 3.2 Normas

A dimensão normativa da migração internacional abrange desde as normas nacionais de imigração e transferência de remessas até os regimes internacionais que mediam seus impactos sobre o processo de desenvolvimento em nível global. A imprescindibilidade da coerência entre as políticas públicas nacionais e uma política de promoção de desenvolvimento global vem sendo debatida desde a década de 1990. Iniciativas dos países nas áreas como migração, comércio, mudanças climáticas e segurança, por vezes vão de encontro aos objetivos de desenvolvimento almejados em acordos internacionais.<sup>11</sup> Ademais, essa coerência é igualmente relevante para a formulação de regimes internacionais. Políticas de desenvolvimento podem ser afetadas tanto pela inexistência de um regime (como no caso das migrações)

11. Exemplo disso é a Política de Coerência para o Desenvolvimento (PCD) traçada pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que elabora recomendações a seus países-membros. O Brasil não faz parte da OCDE, no entanto estudos da coerência das normas nacionais com as posições pró-desenvolvimento global do país podem ser úteis para aperfeiçoar a sinergia das políticas públicas nacionais com a política de parceria global para o desenvolvimento.

quanto pela sua existência (como no caso do regime internacional de comércio). De modo que, realizar estudos de mapeamento e sistematização de programas, projetos, ações, legislação nacional e projetos de leis sobre migração internacional são o primeiro passo para atingir o entendimento da dimensão normativa. A análise da trajetória histórica e dos princípios que permeiam a legislação voltada à imigração em países selecionados, bem como a utilização de métodos comparativos de experiências internacionais bem-sucedidas, também pode ser útil para aprimorar o arcabouço legal existente nos países em desenvolvimento, que cada vez mais desempenham um papel protagonista nesse campo.

### 3.3 Recursos e financiamento

Essa dimensão de análise faz-se crucial uma vez que permite conhecermos os mecanismos de seletividade do migrante por meio da mensuração de sua renda inicial e de outros eventuais recursos com os quais o imigrante irá começar sua jornada. Os custos migratórios de viagem, de manutenção até o alcance do primeiro emprego e de instalação na nova comunidade, apesar de temporários, implicam seleção daqueles que poderão ou não arcar com estas despesas. Além disso, o conhecimento da renda pós-migração do imigrante permite que analisemos o grau de assimilação destes no mercado de destino e o desempenho das políticas públicas voltadas a este fim.

Ainda, a dimensão do financiamento nos dá perspectiva sobre uma potencial fonte de recurso para o desenvolvimento: as remessas dos imigrantes. As remessas dos imigrantes ao seu mercado de origem já desempenham hoje um papel maior que as ajudas estrangeiras para economicamente promoção do desenvolvimento nos países mais pobres (Shafik, 2011). Enquanto a ajuda estrangeira contabiliza apenas um fragmento das fontes de financiamento internacional disponíveis aos países em desenvolvimento, a compreensão do funcionamento dos fluxos de remessas realizados pelos imigrantes ainda faz-se necessária para o enfrentamento dos desafios ao desenvolvimento oriundos da volatilidade desses recursos.

### 3.4 Conhecimento

Por último, a dimensão do conhecimento abarca o processo de compartilhamento do aprendizado e de experiências por parte dos imigrantes, por meio da disseminação de novas técnicas, do repartimento de conhecimentos tradicionais e de cultura e, inclusive, da distribuição de conhecimento científico e *expertise* técnica no processo de migração. A transmissão de conhecimento também é um fator determinante dos custos migratórios (físicos e psicológicos) da migração e, conseqüentemente, possui influência sobre os critérios de seletividade do processo migratório.

Outrossim, esta dimensão engloba também os meios de transmissão do conhecimento, enfatizando o papel das novas tecnologias de informação como canais cada vez mais relevantes para a disseminação do capital humano e a preservação dos vínculos entre o imigrante e seus familiares e amigos no mercado de origem. Para tanto, a observação do funcionamento das redes de imigrantes e de sua diáspora na internet é um dos elementos da dimensão de análise do conhecimento na difusão do desenvolvimento global por meio da migração internacional.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresenta um esboço dos principais pontos que permeiam o debate sobre os efeitos da imigração internacional para o desenvolvimento global. Quer sejam otimistas ou pessimistas em

seus prognósticos, as diferentes correntes teóricas ainda podem estabelecer um diálogo profícuo entre si, conquanto que se estabeleça de forma mais clara as dimensões e o objeto de suas análises. Nossa proposta analítica pretende organizar a reflexão sobre o tema em torno de quatro dimensões agrupadas sob um mesmo escopo, identificando e enfatizando as sinergias entre a cooperação para o desenvolvimento global e as políticas imigratórias nacionais. Apontamos ainda para a necessidade de estudos posteriores que estabeleçam parâmetros conceituais, métodos e técnicas investigativas para cada uma dessas dimensões, de forma a minimizar risco de divergência quanto ao desenho da metodologia, à interpretação dos resultados e às expectativas em relação à elaboração do diagnóstico.

Este artigo caracteriza, pois, a análise do fenômeno da imigração internacional resumindo diferentes argumentos sobre o tema em quatro dimensões analíticas: *i*) agentes; *ii*) normas; *iii*) recursos e financiamento; e *iv*) conhecimento. A partir destas dimensões, acredita-se ser possível não apenas clarificar e qualificar o debate na literatura, mas também melhor compreender a posição do Brasil no contexto das imigrações internacionais resultantes de um contexto global em transformação.

Como um processo de aprendizado, a definição dos temas para pesquisa aqui apresentados não tem caráter exaustivo nem prescinde da necessidade de construção de bases de dados que forneçam outros subsídios para além das referências na literatura e na regulação internacional. Para tanto, urge a construção e aperfeiçoamento dos instrumentos de coletas de dados primários (tais como questionários e cadastros) sobre os imigrantes. Tendo em vista a necessidade de preservar a compatibilidade de informações e a confiabilidade metodológica, esses instrumentos de coleta podem basear-se em outros já testados por órgãos estatísticos reconhecidos, em especial, os modelos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos censos demográficos e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O objetivo central desses questionários é traçar um perfil socioeconômico abrangente da população interessada a partir de suas características, bem como levantar a percepção dos imigrantes em relação a políticas públicas que considerem relevantes, além de compreender os impactos dessas para o núcleo familiar do imigrante, localizados em território nacional ou estrangeiro. No que diz respeito ao levantamento de percepções, a coleta de dados qualitativos – por meio de entrevistas e grupos de discussão – propõe priorizar questões que contribuam para o entendimento do processo de migração e adaptação na vida dos pesquisados. Esta compreensão só se faz possível a partir da descrição particular dos momentos vividos pelos imigrantes, do seu significado e de suas consequências, tanto em nível individual quanto coletivo.

Pretende-se, por fim, poder contribuir para a determinação do formato futuro da política migratória no Brasil por intermédio da resolução de quatro problemáticas essenciais. A primeira diz respeito ao esclarecimento da posição dos fluxos migratórios no Brasil no contexto de um sistema mais amplo e global de fluxos migratórios. A problemática fundamental levantada refere-se à capacidade de atração e de inclusão de mão de obra pelo mercado nacional em comparação a outros mercados. A segunda concerne a governança global e nacional sobre o tema. Enquanto no âmbito global não há regulamentações conjuntas sobre o tema, na esfera nacional a legislação apresenta-se datada e fora do atual contexto social e econômico do país. A terceira problemática reporta-se à estratégia nacional sob o tema: como as prioridades do desenvolvimento global devem ser pesadas em contrapartida aos interesses de grupos domésticos, a exemplo dos possíveis impactos da imigração sobre questões de segurança pública, de organização e gestão do espaço urbano e da concorrência com o trabalhador nacional. A última problemática pertence à esfera da administração pública e envolve as transformações

provenientes do novo contexto migratório em que o país está inserido. Quais as habilidades e o tipo de conhecimento que o profissional e as instituições ligadas à imigração internacional devem possuir? Como estes profissionais podem ser treinados para suas respectivas funções? E como estas instituições deverão se organizar?

Essas problemáticas apontam a necessidade de aprofundamento do debate sobre o futuro da política migratória no Brasil, em um contexto internacional em transformação que traz novos e crescentes desafios à efetividade das ações nessa área.

## REFERÊNCIAS

- APPLEYARD, R. International migration and development: an unresolved relationship. **International Migration**, v. 30, n. 3-4, p. 251-266, 1992.
- BALDWIN, G. B. Brain drain or overflow? **The International Executive**, v. 12, n. 3, p. 23-25, 1970. Disponível em: <<http://goo.gl/1JkQew>>.
- BAUER, T.; ZIMMERMANN, K. Causes of international migration: a survey. In: GORTER, C.; NIJKAMP, P.; POOT, J. (Eds.). **Crossing borders: regional and urban perspectives on international migration**. Aldershot: Ashgate, 1998. p. 95-127.
- BEINE, M.; DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. Brain drain and economic growth theory and evidence. **Journal of Development Economics**, v. 64, p. 275-289, 2001.
- BINFORD, L. Migrant remittances and (under) development in Mexico. **Critique of Anthropology**, v. 23, n. 3, p. 305-336, 2003.
- BORJAS, G. J. The economics of immigration. **Journal of Economic Literature**, v. 32, n. 4, p. 1667-1717, 1994.
- CAMARANO, A. A (Org.). **Novo regime demográfico: uma relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- COMMANDER, S.; KANGASNIEMI, M.; WINTERS, L. A. The brain drain: curse or boon? A survey of the literature. In: BALDWIN, R. E.; WINTERS, L. A. (Eds.). **Challenges to globalization: analyzing the economics**. Chicago: Chicago University Press, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/HVvk309>>.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, New York, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- FARCHY, E. **The impact of EU accession on human capital formation: can migration fuel a brain gain?** Washington: World Bank, Fev. 2009. (Working Paper, n. 4845). Disponível em: <<https://goo.gl/Oybf9x>>.
- FRANK, A. G. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, Sept. 1966.
- \_\_\_\_\_. Capitalism and underdevelopment in Latin America. **Monthly Review**, v. 21, n. 4, Sept. 1969.
- KAPUR, D. **Remittances: the new Mantra?** Massachusetts: Harvard University; Center for Global Development, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/waOk6j>>.
- LEE, E. S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47-57, Mar. 1966. Disponível em: <<http://goo.gl/4aA1Eo>>.
- LEWIS, J. R. International labour migration and uneven regional development in labour exporting countries. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, v. 77, n. 1, p. 27-41, 1986.
- LIPTON, M. Migration from rural areas of poor countries: the impact on rural productivity and income distribution. **World Development**, v. 8, n. 1, p. 1-24, 1980.

- MARTIN, P. L.; TAYLOR, J. E. The anatomy of a migration hump. *In*: TAYLOR, J. E. (Eds). **Development strategy, employment and immigration: insights from models**. Paris: OECD, 1996.
- MASSEY, D. S *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sept. 1993. Disponível em: <<https://goo.gl/WGfVUf>>.
- MOUNTFORD, A.; RAPOPORT, H. **The brain drain and the world distribution of income and population**. London: Cream/University College London, 2007. (Cream Discussion Paper, n. 04/07). Disponível em: <<http://goo.gl/libd99>>.
- RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167-227, Jun. 1885. Disponível em: <<http://goo.gl/6A44V1>>.
- \_\_\_\_\_. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society of London**, v. 52, n. 2, p. 241-301, Jun. 1889.
- RENIERS, G. On the history and selectivity of Turkish and Moroccan migration to Belgium. **International Migration**, v. 37, n. 4, p. 679-713, 1999.
- SCHOORL, J. The analysis generating international migration: a multi-country approach to study the determinants of migration. *In*: UNITED NATIONS TECHNICAL SYMPOSIUM ON INTERNATIONAL MIGRATION AND DEVELOPMENT, Hague, 1998. **Annals...** Hague: ICPD, 29 Jun.-3 Jul. 1998. Disponível em: <<http://www.un.org/popin/icpd5.htm>>.
- SHAFIK, N. **The future of development finance**. Washington: Center for Global Development, 2011. (Working Paper, n. 250).
- SKELDON, R. **Migration and development: a global perspective**. Essex: Longman, 1997.
- STARK, O. **The migration of labor**. Cambridge; Oxford: Blackwell, 1991.
- TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information and risk. *In*: STARK, O. (Ed.) **Migration theory, human capital and development**. Greenwich: Jai Press, 1986. p. 147-171.
- TODARO, M. P; MARUSZKO, L. Illegal migration and US immigration reform: a conceptual framework. **Population and Development Review**, v. 13, n. 1, p. 101-114, 1987.
- UNDESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **International migration 2013**. New York: United Nations, Sept. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/GKfRLz>>.
- WALDORF, B. A network-based model of international migration. *In*: GORTER, C.; NIJKAMP, P.; POOT, J. (Eds.). **Crossing borders: regional and urban perspective on international migration**. Aldershot: Ashgate, 1998.
- WALLERSTEIN, I. **The modern World-System I, capitalism agriculture and the origins of the european world economy in the sixteenth century**. New York: Academic Press, 1974.
- WORLD BANK. **Economic implications of remittances and migration**. Washington: World Bank, 2006.
- ZACHARIAH, K. C.; MATHEW, E. T.; RAJAN, S. I. Impact of migration on Kerala's economy and society. **International Migration Review**, New York, v. 35, n. 2, Jun. 2001.
- ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, v. 61, p. 219-249, 1971.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ACOSTA, P. *et al.* What is the impact of international remittances on poverty and inequality in Latin America? **World Development**, v. 36, n. 1, p. 88-114, 2008.
- ACOSTA, P.; LARTEY, E.; MANDELMAN, F. Remittances and the Dutch disease. **Journal of International Economics**, v. 79, n. 1, p. 102-116, 2009.

- ADAMS JR., R. H.; PAGE, J. **International migration, remittances and poverty in developing countries**. Washington: World Bank, Dec. 2003. (World Bank Policy Research Working Paper, n. 3179). Disponível em: <<http://goo.gl/dgrp1n>>.
- AGGARWAL, R.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; MARTÍNEZ, M. S. P. Do remittances promote financial development? **Journal of Development Economics**, v. 96, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/sKrfJl>>.
- AMBROSIUS, C. **Are remittances a “catalyst” for financial access?** Evidence from Mexican household data. Berlin: Freie Universität Berlin, 2012. (Economics Discussion Paper, n. 2012/8).
- AMBROSIUS, C.; FRITZ, B.; STIEGLER, U. Remittances. **Online dictionary social and political key terms of the Americas: politics, inequalities, and North-South relations**. Bielefeld: Universität Bielefeld, 2012. versão 1.0. Disponível em: <<http://goo.gl/b4EhOz>>.
- BUCH, C. M.; KUCKULENZ, A.; LE MANCHEC, M. H. **Worker remittances and capital flows**. Germany: Kiel Institute for World Economics, 2002. (Kiel Working Paper, n. 1130).
- CHAMI, R.; FULLENKAMP, C.; JAHJAH, S. **Are immigrant remittance flows a source of capital for development?** Washington: IMF, Sept. 2003. (IMF Working Paper, n. 03/189). Disponível em: <<http://goo.gl/jlsQa2>>.
- IMF – INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**. Washington: IMF, Apr. 2005. c. 2, p. 69-100. Disponível em: <<http://goo.gl/Cgweqf>>.
- \_\_\_\_\_. **International transactions in remittances: guide for compilers and users**. Washington: IMF, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/jNfaAQ>>.
- LEVITT, P. Social remittances: migration driven local-level forms of cultural diffusion. **International Migration Review**, v. 32, n. 4, p. 926-948, 1998.
- LEVITT, P.; LAMBA-NIEVES, D. Social remittances revisited. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 37, n. 1, p. 1-22, 2011.
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Migration, remittances and development**. Paris: OECD, 2005.
- SAYAN, S. Guest workers' remittances and output fluctuations in host and home countries. **Emerging Markets Finance and Trade**, v. 40, n. 6, p. 68-81, 2004.
- SINGER, A. Migrant Remittances and exchange rate regimes in the developing world. **American Political Science Review**, 104, n. 1, p. 307-323, 2010.
- STARK, O.; BLOOM, D. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, May 1985. Disponível em: <<http://goo.gl/pBeVzS>>.
- UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2009**. Overcoming barriers: human mobility and development. Washington: UNDP, Nov. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/4gaVij>>.
- UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs (Desa). **International Migration Report 2013**. New York: United Nations, Dec. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/FBHUWI>>.
- WORLD BANK. **Migration and remittances factbook 2011**. 2nd ed. Washington: World Bank, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/m1HaEx>>.

**Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Ipea

### **Revisão e Editoração**

Editorar Multimídia

### **Capa**

Aline Rodrigues Lima

### **Projeto Gráfico**

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than  
Portuguese published herein have not been proofread.*

### **Livraria Ipea**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,  
Térreo – 70076-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

## INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. O *Boletim de Economia e Política Internacional* (BEPI) tem como missão promover o debate sobre temas importantes para a inserção do Brasil no cenário internacional, com ênfase em estudos aplicados no campo de Economia Internacional e de Relações Internacionais, tendo como público-alvo acadêmicos, técnicos, autoridades de governo e estudiosos das relações internacionais em geral.
2. Serão considerados para publicação artigos originais redigidos em português.
3. As contribuições não serão remuneradas, e a submissão de um artigo implicará a transferência dos direitos autorais ao Ipea, caso ele venha a ser publicado.
4. O trabalho submetido será encaminhado a, pelo menos, um avaliador. Nesta etapa, a revista utiliza o sistema *blind review*, ou seja, os autores não são identificados em nenhuma fase da avaliação. A decisão dos avaliadores é registrada em pareceres, que serão enviados aos autores, mantendo-se em sigilo os nomes destes avaliadores.
5. Os artigos, sempre inéditos, deverão ter entre 3 mil e 6 mil palavras, respeitando o máximo de 50 mil caracteres, com espaçamento – incluindo tabelas, figuras, quadros, espaços, notas de rodapé e referências.
6. A formatação deverá seguir os seguintes padrões: folha A-4 (29,7 x 21 cm); margens: superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm; em Microsoft Word ou editor de texto compatível, utilizando caracteres Times New Roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5 justificado. As ilustrações – tabelas, quadros, gráficos etc. – deverão ser numeradas e trazer legendas. A fonte das ilustrações deverá ser sempre indicada.
7. Apresentar em página separada: *i*) título do trabalho em português e em inglês – em caixa alta e negrito; *ii*) até cinco palavras-chave; *iii*) um resumo de até 250 palavras, com a respectiva tradução para o inglês (*abstract*); *iv*) classificação JEL; e *v*) informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação acadêmica, experiência profissional e/ou acadêmica atual, área(s) de interesse em pesquisa, instituição(ões) de vinculação, endereço, *e-mail* e telefone. Se o trabalho possuir mais de um autor, ordenar de acordo com a contribuição de cada um ao trabalho.
8. Caso o artigo possua gráficos, figuras e mapas, estes deverão ser entregues em arquivos específicos e editáveis, nos formatos originais e separados do texto, sendo apresentados com legendas e fontes completas.
9. As chamadas para as citações deverão ser feitas no sistema autor-data, de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT.
10. Observar a norma NBR 6023 da ABNT, que fixa a ordem dos elementos das referências e estabelece convenções para transcrição e apresentação da informação originada do documento e/ou outras fontes de informação. As referências completas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética.
11. Cada (co)autor receberá três exemplares da revista em que seu artigo for publicado.
12. As submissões deverão ser feitas *on-line* pelo *e-mail*: [bepi@ipea.gov.br](mailto:bepi@ipea.gov.br)

## ITENS DE VERIFICAÇÃO PARA SUBMISSÃO

1. O texto ser inédito.
2. O texto estar de acordo com as normas do boletim.

## DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

A submissão de artigo autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não esteja sendo submetido a outro periódico. O original é considerado definitivo, sendo que os artigos selecionados passam por revisão ortográfica e gramatical conforme o Manual do Editorial do Ipea (2ª edição). A revista não paga direitos autorais aos autores dos artigos publicados. O detentor dos direitos autorais da revista, inclusive os de tradução, é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com sede em Brasília. A tradução deve ser aprovada pelo editor antes da publicação.

## POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e os *e-mails* fornecidos serão usados exclusivamente para os propósitos editoriais do *Boletim de Economia e Política Internacional*, não sendo disponibilizados para nenhuma outra entidade.